

INTERSECCIONALIDADE, DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO: ANÁLISE DO ÍNDICE DE EQUIDADE DE GÊNERO NO ESTADO DE SÃO PAULO¹

Cilene Gomes²

Maria Angelica Toniolo³

Adriana Maria de Paula⁴

Resumo: Busca-se analisar as relações interseccionais de gênero e raça junto à questão do desenvolvimento e território. O desenvolvimento é influenciado por orientações filosóficas e ideológicas, e sua ligação com a equidade de gênero também perpassa diferentes perspectivas. Conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade possibilitam analisar o desenvolvimento de segmentos da população feminina e a interdependência das relações sociais. Propõe-se análise estatística e do índice de equidade de gênero para as mesorregiões do estado paulista. A espacialização do índice possibilita aferir a importância de um olhar mais profundo sobre as relações de gênero e as múltiplas identidades aí envolvidas.

Palavras-chave: interseccionalidade; desenvolvimento; território.

Abstract: This article seeks to analyze the intersectional relations of gender and race with the issue of development and territory. Philosophical and ideological orientations influence development, and its connection with gender equity also permeates different perspectives. Concepts of intersectionality and consubstantiality make it possible to analyze the development of segments of the female population and the interdependence of social relations. Statistical analysis and a gender equity index are proposed for the mesoregions of São Paulo. The spatialization of the index makes it possible to assess the importance of a deeper look at gender relations and the multiple identities involved therein.

Keywords: Intersectionality; Development; Territory.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Este artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

2 Doutora em Geografia Humana - Universidade de São Paulo; Professora - Universidade do Vale do Paraíba; E-mail: cilenegomes2011@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5217-9426>.

3 Doutora em Políticas Públicas - Indiana University; Professora - Universidade do Vale do Paraíba; E-mail: tonioloma@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7835-3285>.

4 Mestre em Planejamento Urbano e Regional - Universidade do Vale do Paraíba; E-mail: adriana.mp055@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7346-1391>.

Introdução

Este artigo propõe a utilização do Índice de Equidade de Gênero (IEG), fundamentado nas abordagens da interseccionalidade e consubstancialidade de categorias e relações sociais, e sua expressão no território, para questionar o paradigma neoliberal de desenvolvimento ante a perspectiva da equidade de gênero e levantar considerações para uma agenda de pesquisa territorial. Propõe-se, assim, a discussão da interseccionalidade, desenvolvimento e território por meio de análise estatística com utilização do Índice de Equidade de Gênero (IEG).

○ termo desenvolvimento deve ser analisado criticamente, uma vez que se insere no contexto de orientações ideológicas e interesses políticos diversos, e existem, de fato, divergências sobre o que constituiria o “poder” quando se trata da promoção de igualdade de gênero em determinado contexto de desenvolvimento, divergências essas ligadas a interpretações mais subjetivas ou individualistas (SCOTT; QUADROS, 2018).

Pode-se mencionar, como exemplo, a semântica desenvolvimentista econômico-financeira: “a ilusão desenvolvimentista de consumo e riqueza plenos para todos é reformatada como um combate à pobreza que reifica a ocorrência de acirramentos históricos de relações de classe, mantendo muitas e colocando muitas outras populações às margens do desenvolvimento” (*ibidem*, p. 14); seguindo no caminho oposto ao da análise das relações sociais de dominação proferidas por outras escolas de pensamento.

Nesse sentido, a perspectiva de análise de categorias da interseccionalidade (CRENSHAW, 2013), ou das relações sociais em escala macro — gênero, classe e raça — proposta pela abordagem da consubstancialidade (KERGOAT, 1978), inserem-se nesse mesmo contexto de dominação, em que as relações de poder no imbricamento entre raça, gênero e classe podem se apresentar dissimétricas (HIRATA, 2014). O estudo dessas categorias analíticas, portanto, visa aprofundar o conhecimento da interdependência das relações sociais e a luta contra as múltiplas formas de opressão (HIRATA, 2014).

○ território, por sua vez, pode ser considerado como dimensão articuladora das problemáticas e questões da desigualdade de gênero vistas pela perspectiva interseccional ou consubstancial, sendo não apenas o lugar onde as relações de gênero, raça e classe se dão, mas estabelecendo relações de confluência com elas.

Este artigo divide-se em três seções. Na primeira é traçado um breve histórico da inserção das condições de vida da população feminina nos

debates sobre o desenvolvimento, bem como as diversas perspectivas que foram adotadas nesse percurso, incluindo a fase do pós-desenvolvimento. Na segunda seção, são expostos os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade, com o entendimento de que não necessariamente seriam conceitos mutuamente excludentes, tendo ambos surgido em contraposição a modelos teóricos universalistas, fruto de ambientes científicos hegemonicamente brancos e masculinos (HORNHARDT, 2019), e, mais do que isso, do desejo de pensar as exclusões múltiplas enfrentadas pelas mulheres. Por fim, na terceira seção, são apresentados o processo metodológico de composição do IEG, seu território de análise e os resultados obtidos para as mesorregiões representativas das desigualdades historicamente constituídas, e para municípios do estado de São Paulo. São ainda apresentados, como aproximação de análise intrarregional e no sentido de vinculação da categoria territorial ao debate sobre gênero, dados de locomoção para a mesorregião do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a leste do estado paulista.

Os resultados foram analisados não apenas pela ótica da inequidade de gênero e desigualdades socioterritoriais, mas de modo a possibilitar inferências a respeito do imbricamento entre a disparidade de gênero e raça, a fim de contrapô-las com as desigualdades regionais.

1 Desenvolvimento e equidade de gênero

O enfoque Mulher e Desenvolvimento e a perspectiva feminista liberal

As condições de vida e acesso a recursos por parte da população de mulheres tomou maior proeminência no tema de desenvolvimento concomitantemente à aplicação de políticas de bem-estar social. Desse modo, medidas como controle de natalidade e programas de nutrição para crianças e mulheres gestantes e lactantes podem ser considerados um dos primeiros resultados práticos dessa aproximação (RAI, 2011). Essa abordagem essencialmente liberal dominante na chamada primeira fase das práticas de desenvolvimento, porém, segundo Rai (2011, p. 28) “não desafiou a questão das relações de gênero na sociedade, muitas vezes se mostrando condizente com a divisão sexual do trabalho”.

Em 1962, a assembleia geral da ONU solicitou a elaboração de um relatório sobre o papel da mulher no desenvolvimento, de modo que, em 1970, foi publicado o estudo *Women's role in economic development*, no qual Boserup (1970) alegava que a marginalização das mulheres em consequência

de seu menor ganho financeiro, em relação à população masculina, afetava em contrapartida seu status social, uma vez que este possui direta correlação com a capacidade produtiva no sistema capitalista. Eastin e Prakash (2013) afirmam que Boserup foi uma das primeiras teóricas a articular a possibilidade de uma relação não linear entre o crescimento econômico e a equidade de gênero, considerando de fato que certos estágios de industrialização forçariam a migração masculina, o que obrigaria as mulheres a permanecerem em papéis de gênero tradicionais, como o cuidado da casa, das crianças e dos idosos, em detrimento da busca por oportunidades de trabalho formal. Porém, em direta correlação com a visão liberal de desenvolvimento, ela ainda afirmou que, com a queda na taxa de natalidade, o aumento do nível educacional da população feminina e a maior participação em atividades remuneradas, as mulheres teriam maior influência na estrutura familiar tradicional, pois “com o tempo, esse processo deveria encorajar a adoção de normas sociais que desencorajassem a discriminação de gênero” (*ibidem*, p. 163).

Seguindo o trabalho de Boserup, outras teóricas analisaram como as mulheres eram negativamente impactadas por medidas de desenvolvimento econômico, tais como a mecanização da agricultura, que resultou na privação de trabalho remunerado para a mulher agricultora e fragilidade de seu papel social, e enfatizavam a importância da população feminina para o próprio processo de desenvolvimento em si, num “apelo tanto à eficiência, quanto a melhorias para a população feminina” (RAI, 2011, p. 29). Em tal análise feminista liberal, portanto, consistiu a base da agenda Mulher no Desenvolvimento (*Women in development*), com o intuito de que os benefícios da modernização recaíssem tanto sobre as mulheres quanto sobre os homens nos países do chamado terceiro mundo (RAI, 2011).

Porém, o enfoque Mulher no Desenvolvimento deixava de considerar as estruturas sociais e políticas em que a população feminina se insere. Considerando a modernização na forma de industrialização não apenas inerentemente benéfica, mas também inevitável, a agenda ignorava o processo de acumulação de capital em curso nos países do Sul Global desde o período colonial, e suas implicações para a população de mulheres de diferentes classes. Tal enfoque, de fato, foi continuamente questionado tanto por críticos internos da visão liberal quanto pelos modelos de desenvolvimento dos estados socialistas (RAI, 2011). Ademais, muitos pesquisadores sugeriram que o desenvolvimento em si não aumentaria a participação das mulheres na força de trabalho, com estudos demonstrando que a diminuição da força de trabalho feminina gerava aumento na renda da população masculina, forçando, uma vez mais, as mulheres a voltarem ao serviço doméstico não remunerado. No âmbito macro e micro social, instituições limitariam a

capacidade da população feminina de obter status igualitário. Tais instituições seriam fortalecidas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, portanto,

“para modificar o status das mulheres é necessário haver uma intervenção direta — ou engenharia social — ao invés de se depender exclusivamente do desenvolvimento econômico para cumprir esse objetivo” (EASTIN; PRAKASH, 2013, p. 163).

Além disso, o componente cultural da inequidade de gênero não pode ser ignorado. Eastin e Prakash (2013, p. 164) desenvolveram uma hipótese segundo a qual a relação desenvolvimento versus equidade de gênero exibiria ao longo do tempo uma “curva em S”:

“primeiro o crescimento econômico conferiria uma melhora na economia, direitos sociais e políticos; em seguida essa melhora estabilizaria ou diminuiria na medida em que instituições discriminatórias limitariam a geração de oportunidades para mulheres”. Essa limitação poderia vir na forma de falta de leis que lidassem com a violência de gênero, leis de propriedade restritivas, restrição nos direitos reprodutivos, entre outras. Tais práticas estariam em direta oposição à maior participação feminina na força de trabalho, o que, por sua vez, diminuiria o poder de barganha das mulheres na esfera doméstica (EASTIN; PRAKASH, 2013).

Essas ações discriminatórias podem não ser exclusivamente decorrentes de fatores culturais, mas também da divisão sexual do trabalho, “por exemplo, economias dependentes da exportação de produtos agrícolas podem ser mais receptivas a práticas patriarcais que favoreçam os homens em detrimento das mulheres” (*ibidem*, p. 162). O elemento cultural, porém, permanece constituindo variável de grande importância na inequidade de gênero.

A abordagem Mulher no Desenvolvimento, no entanto, merece ser reconhecida por se tratar de primeira iniciativa que considerou a situação feminina nas perspectivas de desenvolvimento, colocando-a, inclusive, na agenda das agências envolvidas com a questão.

O enfoque Gênero e Desenvolvimento e as políticas do pós-desenvolvimento

Nos anos 80, teóricas feministas contrapunham a abordagem da inclusão das mulheres no desenvolvimento de enfoque neoliberal com a análise da transformação das relações de gênero, destacando a divisão sexual do trabalho tanto na esfera doméstica quanto no mercado de trabalho. Além disso, propunham a distinção entre necessidades mais práticas e imediatas e necessidades estratégicas, de longo prazo, nos diversos contextos políticos e sociais em que vários segmentos da população feminina estavam inseridos, pois

“não se tratava de adaptar a forma de vida das mulheres ao modelo de desenvolvimento existente. A ideia era desenvolver um novo paradigma que contemplasse a realidade de um sistema desigual que não permitia a geração espontânea de autonomia para as mulheres” (STADUTO; KRETER, 2017, p. 12).

Rai (2011, p. 32) aponta, no entanto, que o enfoque gênero e desenvolvimento não foi capaz de influenciar as medidas de desenvolvimento, “o planejamento com enfoque em gênero, com seu objetivo principal sendo a emancipação, é por definição um apelo mais agressivo (que o enfoque mulher no desenvolvimento)”. Segundo a autora, tal perspectiva tem sido despolitizada e a contestação da institucionalização dos papéis de gênero permanecem um desafio tanto de natureza prática como política para as teóricas feministas. Scott e Quadros (2018, p. 3) apontam ainda que as relações de poder enredadas no próprio processo de concessões que incluem a aplicação de tais políticas estão intrinsecamente ligadas às instituições envolvidas nesse procedimento, de modo que a baixa influência da ênfase gênero e desenvolvimento no planejamento “se dá em função das questões de relações de poder arraigadas estruturalmente que as políticas de desenvolvimento implicitamente visam reforçar”. Nesse sentido, as próprias metas de combate à desigualdade de gênero instituídas por agências internacionais, como a ONU, permanecem subordinadas à ideia maior de desenvolvimento, “exigindo uma postura de aliança, competição e negociação para poderem ser contempladas com práticas favoráveis à igualdade de gênero” (*ibidem*, p. 4).

A própria questão do empoderamento, muito em voga nos dias de hoje, toma proporções publicitárias na medida em que o investimento em mulheres passa a ser visto como “bom negócio”, constituindo, na visão de Cornwall (2010), nada mais do que a adesão a metas basicamente neoliberais, metas essas que divergem drasticamente da compreensão feminista de empoderamento, ligada à promoção de transformações estruturais que se orienta por noções de justiça. A lógica mercadológica se apropria das ideias de agência e escolha feministas, distorcendo-as e as colocando a serviço de interesses consumistas e empreendedores; exaltando qualidades consideradas “tradicionalmente” femininas, como abnegação, dedicação e trabalho em função da família e mesmo da comunidade; transformando as mulheres em “recursos para atingir resultados para desenvolvimento que possam ser positivamente avaliados mais pela sua contribuição ao crescimento econômico de que à igualdade de gênero em si” (SCOTT; QUADROS, 2018, p. 8).

Muitos teóricos pós-estruturalistas, de fato, levaram suas críticas às estratégias governamentais de desenvolvimento a um patamar de rompimento com o próprio “projeto de desenvolvimento” em si, afirmando que ele “tem sido o principal mecanismo pelo qual o terceiro mundo tem buscado superar suas adversidades, assim marginalizando ou impedindo outros meios de ver e pensar” (ESCOBAR, 1995, p. 22). A crítica pós-estruturalista, porquanto não tivesse um enfoque específico de gênero, foi essencial por contrapor o sistema capitalista ao conceito de desenvolvimento, afirmando serem, de fato, incompatíveis (RAI, 2011). Feministas marxistas e socialistas somaram suas contribuições à crítica pós-estruturalista afirmando que, sendo a acumulação primitiva essencial ao crescimento capitalista, tanto o capital nacional e internacional (assim como o Estado) exploravam não apenas os países do Sul Global como também a população feminina, pois “a exploração capitalista da força de trabalho é baseada no monopólio masculino da violência numa forma modificada” (RAI, 2011, p. 34).

A crítica feminista ao modelo de desenvolvimento, não por coincidência, se deu no mesmo momento em que o feminismo até então hegemônico, majoritariamente branco e de classe média, foi desafiado por mulheres que não enxergavam suas experiências nas articulações de teóricas feministas de então. As feministas do pós-desenvolvimento trouxeram foco à relação hierárquica existente entre as metas de desenvolvimento de amplitude mundial, as organizações não governamentais e os países do Sul Global, contextualizando a subordinação feminina nesse processo (RAI, 2011). A crítica pós-estruturalista, por sua vez, ressaltou a importância do local “como espaço político e conceitual — não a ser reconfigurado pelo Estado-Nação, mas para ser o lugar de múltiplas iniciativas para melhoria de vida” (*ibidem*, p. 33). Isto é, mais do que o cumprimento de metas de amplitude mundial, simplesmente por sua presumida importância, as relações complexas pertinentes aos países do Sul Global deveriam ser levadas em consideração.

2 Interseccionalidade e consubstancialidade

Interseccionalidade

Embora o conceito de interseccionalidade tenha tomado maior visibilidade nas últimas décadas, sua origem está ligada ao movimento feminista negro americano do fim dos anos 70, por meio da crítica ao feminismo então vigente, majoritariamente branco, de classe média e heteronormativo (HIRATA, 2014). Hornhardt (2019) assinala que a ideia de imbricação de categorias já

havia sido apontada em 1984, num texto de Audre Lorde (Sister Outside), ressaltando ainda que muitas teóricas negras à época se confrontavam, de um lado, com o caráter hegemonicamente branco e ocidental da produção de conhecimento dentro da academia; e, de outro, com as lutas sociais de seu tempo.

A partir dessa perspectiva, no início dos anos 90, a interseccionalidade passou a ser tratada por diversas teóricas através de um prisma multidisciplinar. Crenshaw (2013, p. 8) desenvolveu essa problemática com particular enfoque nas categorias de gênero e raça, argumentando que as experiências das mulheres negras não poderiam ser submetidas às tradicionais amarras discriminatórias de raça e gênero, portanto, “a intersecção de racismo e sexismo influi na vida das mulheres negras de maneiras que não podem ser capturadas completamente olhando as dimensões de gênero e raça separadamente”.

Collins (2017, p. 11), ao discorrer sobre a importância do trabalho de Crenshaw, responsável por cunhar o termo interseccionalidade, atenta para o fato de que o “ponto de origem dessa história não só costuma negligenciar os escritos e atividades de muitas outras pessoas que vieram antes de Crenshaw, como faz interpretações equivocadas dos argumentos da autora”, apontando, então, que o trabalho de Crenshaw objetiva:

(1) estabelecer relações entre identidade individual e identidade coletiva; (2) manter o foco nas estruturas sociais; (3) teorizar a partir da base (em de um modelo top-down) casos de violência contra mulheres de cor como um conjunto de experiências com conexões estruturais, políticas e representativas; (4) lembrar leitoras de que o propósito dos estudos interseccionais é contribuir com iniciativas de justiça social (*ibidem*, p. 12).

Define, portanto, interseccionalidade como “uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições” (*ibidem*, p. 7).

Bilge (2009, p. 70), por sua vez, define a interseccionalidade como:

Uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. (BILGE, 2009, p. 70)

A interseccionalidade procura, portanto, evidenciar como certas desigualdades se reproduzem em determinada estrutura social, bem como as opressões institucionais que dela derivam, permitindo “refletir sobre como e porque algumas diferenças se transformam em desigualdades, criando e recriando hierarquias em determinado contexto e formação histórica” (HORNHARDT, 2019, p. 3), sem, porém, propor uma nova teoria globalizante de identidade (CRENSHAW, 2013). Sendo um conceito controverso e, por isso, envolto em discussões, há diversas articulações que podem ser abordadas em sua intersecção. A maioria das autoras, no entanto, “ênfatiza questões de raça e gênero, inserindo também questões referentes a casta, religiosidade, etnia, nação, classe e capacitismo” (HORNHARDT, 2019, p. 4).

Hirata (2014, p. 64) aponta, por exemplo, a relevância teórica e epistemológica de se articular sexo e raça, para além da mera oposição “homens versus mulheres”, destacando as diferenças salariais e de níveis de desemprego que se evidenciam no Brasil ao se cruzarem dados comparativos para a população de homens brancos e negros e para a população de mulheres brancas e negras: “no caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobrerrepresentadas no item desemprego”.

Ademais, há o interesse jurídico na articulação dessas interseções, como ficou evidenciado no trabalho de Crenshaw (2010), no qual ela analisa o caso da fábrica da General Motors nos Estados Unidos, em que a acusação de discriminação racial lançada por mulheres negras não foi aceita, pois o tribunal alegou que a empresa recrutava trabalhadores negros e também recrutava mulheres. Nesse caso, a interseção particular de gênero e raça não foi considerada, como afirmou Crenshaw (2010, p. 91):

“os afro-americanos recrutados pela GM não eram mulheres, e as mulheres que a GM recrutava não eram negras. Assim, embora a GM recrutasse negros e mulheres, ela não recrutava mulheres negras”.

O cerne da questão da interseccionalidade é, portanto, a interseção de identidades que, sendo elas quais forem, longe de se inter-relacionarem numa estrutura hierárquica, acabam constituindo uma nova condição passível de opressões por estruturas micro e macrosociais e institucionais.

Consustancialidade x interseccionalidade

No final dos anos 70, na França, Daniele Kergoat (2010) propôs a articulação de relações sociais de sexo e classe, no que ficou categorizado como consustancialidade, uma teoria considerada ao mesmo tempo feminista e materialista, uma vez que elenca o marxismo como principal interlocutor teórico (HORNHARDT, 2019).

Dessa forma, a consustancialidade trata primordialmente da imbricação entre gênero e trabalho, considerando a divisão sexual do trabalho como base material na qual as desigualdades entre homens e mulheres se solidificam (HORNHARDT, 2019), buscando

“compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e de origem (Norte/Sul)” (KERGOAT, 2010, p. 93).

O conceito da consustancialidade parte da análise crítica ao essencialismo presente em produções anteriores, afirmando que o sexo não é natural, “mas sim atravessado por relações sociais, tanto no nível macro da materialidade das relações historicamente constituídas (*rapport*), quanto no nível micro, das interação cotidiana dos agentes (*relation*)” (HORNHARDT, 2019, p. 4) e, dessa forma, não apenas o trabalho produtivo é considerado em sua análise, mas também o trabalho de reprodução do viver (HORNHARDT, 2019). A consustancialidade envolve necessariamente, portanto, a análise das relações de poder, dominação, opressão e exploração, pois

“estas relações são consustanciais, ou seja, estão enoveladas de forma a não poderem ser separadas; e são coextensivas, uma vez que se reproduzem mutuamente num entrecruzamento dinâmico de sexo, raça e classe, cada uma imprimindo sua marca nas outras e se constituindo de maneira recíproca” (*ibidem*, p. 5).

A mesma visão é defendida por Saffioti (2000, p. 73):

A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais.

A autora argumenta ainda que gênero, raça e classe são três relações que estruturam o capitalismo contemporâneo, sendo assim subestruturas que atuam numa espécie de “nó”, potencializando as contradições sociais

existentes (SAFFIOTI, 2015). O sexo seria, de fato, “a matéria prima sob a qual ocorre a transição da família, de formas sociais e de formas de trabalho ao longo da história” (HORNHARDT, 2019, p. 7), sendo a divisão sexual a primeira divisão de trabalho. Porém, a emergência das classes sociais trouxe mudanças na divisão do trabalho por gênero. Seria preciso, portanto, levar a análise materialista histórica para além do trabalho assalariado, englobando também o trabalho reprodutivo ou de produção da vida, como o trabalho de cozinhar, lavar e cuidar (HORNHARDT, 2019).

Kergoat (2010) teceu uma crítica ao que ela chamou de “noção geométrica de interseção” presente no conceito de interseccionalidade, argumentando que sua multiplicidade de categorias mascararia as relações sociais (KERGOAT, 2010). Hirata (2014, p. 65), porém, aponta outra crítica que aparece implicitamente no trabalho da autora: “a de que a análise interseccional coloca em jogo, em geral, mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível”, de modo que, enquanto para Kergoat existem três relações sociais fundamentais, o gênero, a classe e a raça, relações sociais macro, pela perspectiva interseccional, trabalha-se com “categorias” que podem incluir essas três relações, mas também outras, como a de sexualidade, idade, religião, etc. (HIRATA, 2014).

Tanto a interseccionalidade como a consubstancialidade surgiram em desafio a modelos teóricos universalistas, “criados em um ambiente científico hegemonicamente branco e masculino” (HORNHARDT, 2019, p. 2), que excluíam as experiências de mulheres marginalizadas. Ambos os conceitos partilham, portanto, o objetivo de pensar a multiplicidade de relações de dominação e opressão envolvidas nas relações sociais e suas interdependências.

3 Índice de equidade de gênero: a interseccionalidade no território

Metodologia do índice de equidade de gênero

Seguindo os preceitos conceituais da interseccionalidade e consubstancialidade já expostos, propõe-se nesse artigo a análise das interseções das categorias de gênero, raça e classe por meio de uma abordagem estatística, na forma do índice de equidade de gênero (IEG), calculado com base em dados oriundos do censo demográfico realizado para o ano de 2010 (IBGE), desfragmentados para as categorias de raça e gênero. O IEG é um índice sintético, composto por duas dimensões: estruturas econômicas e educação. O objetivo é investigar a possibilidade de um índice

multidimensional, fundamentado nas abordagens da interseccionalidade e consubstancialidade, expressar espacialmente as questões da multiplicidade de relações de poder e opressão envolvidas nas relações sociais em um determinado território.

Para a dimensão de estruturas econômicas foram selecionados os seguintes indicadores:

- Taxa de ocupação (proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho);

- Rendimento nominal médio mensal (foi utilizado o logaritmo do rendimento);

Já para a dimensão de educação, foram selecionados os indicadores a seguir:

- Taxa de alfabetização (proporção de pessoas de 5 anos ou mais de idade segundo a condição de alfabetização);

- Frequência escolar (proporção de pessoas de 6 a 19 anos que frequentam creche ou escola);

- Nível de instrução (proporção de pessoas com ensino médio ou superior completo).

Todos os indicadores que compõem as duas dimensões do IEG foram transformados em um índice de amplitude de 0 a 1, utilizando a seguinte fórmula:

Onde,

ix é o índice de dimensão em questão;

vx é o valor efetivo do indicador em questão para a mesorregião e município do estado;

$vmin$ é o menor valor de amplitude (piso) considerado para o cálculo do índice em questão;

$vmax$ é o maior valor de amplitude (teto) considerado para o índice em questão.

Dessa forma, quanto mais próximo a 1, mais positivo é considerado o resultado para o índice.

O cálculo final para as dimensões e para o índice final se deu por meio da média simples dos índices envolvidos⁵.

⁵ Todos os mapas representativos do índice deste artigo foram elaborados pelos autores.

Contextualização dos territórios de análise

O estado de São Paulo é o território proposto para análise das relações interseccionais por meio do IEG, e a divisão regional de análise será a das mesorregiões, estipuladas pelo IBGE (1990, p. 8), que as define como áreas das Unidades da Federação que apresentam “formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial” (Figura 1). Dessa forma, o espaço mesorregional apresentaria uma identidade regional construída ao longo do tempo pela sociedade formada neste território (IBGE, 1990).

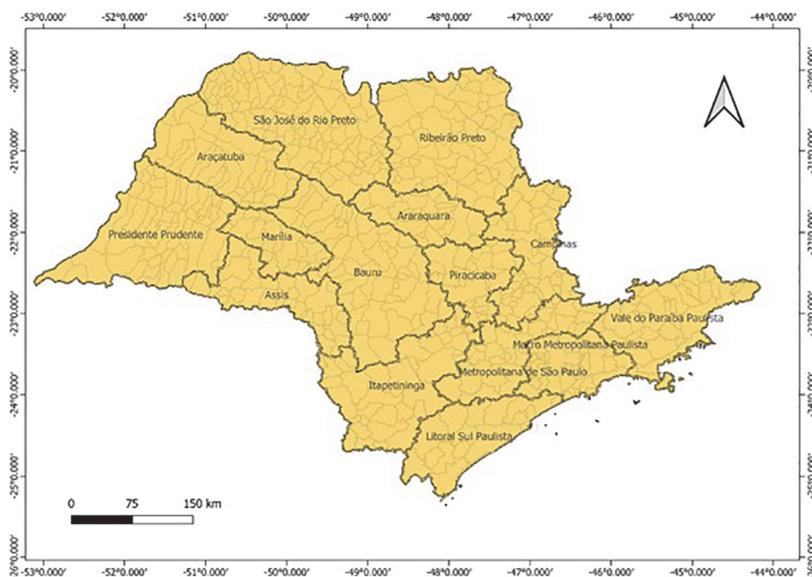


Figura 1 - Mesorregiões do Estado de São Paulo. Fonte: IBGE.

A escolha das mesorregiões como escala de análise preza pelo objetivo do exame de amostragem regionalizada da realidade paulista, e cumpre o propósito de melhor circunstanciar a análise da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), outra escala de análise. Ademais, representam a matriz da formação de desigualdades socioterritoriais cumulativas, de modo que possibilitam verificar se há sobreposição da inequidade de gênero nesses mesmos recortes territoriais (junto às desigualdades socioeconômicas e territoriais), ou se elas se contrapõem às regiões desiguais historicamente constituídas.

O processo de urbanização do estado de São Paulo foi fortemente influenciado pela conformação fisiográfica (SILVA NETO, 2002) e ciclos econômicos que se sucederam ao longo do tempo (Tabela 1).

Tabela 1 - Períodos de ocupação do estado de São Paulo.

Período	Ocupação
Século XVI	Ocupação do litoral, particularmente do Litoral Sul; com a fundação de São Paulo, início da ocupação do Planalto Atlântico.
Século XVII	A partir de São Paulo, avançou a ocupação do Planalto Atlântico a norte, a leste e a oeste.
Século XVIII	O Planalto Atlântico já estava ocupado por núcleos urbanos.
Século XIX	Com o início do ciclo cafeeiro, a “marcha para o oeste” avançou em direção à Depressão Periférica.
Século XX	Completo-se a ocupação do Planalto Ocidental.

Fonte: Silva Neto, 2002.

Compreende-se que:

Ao findar o período colonial, a organização regional paulista já tinha uma estrutura inicial marcada pela ocupação do litoral e pela constituição de uma área que abrigaria, 200 anos depois, uma das maiores aglomerações urbanas do mundo: a Macrometrópole paulista, formada pelas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Santos e Campinas e pelas regiões de Jundiá, Sorocaba e de São José dos Campos (SILVA NETO, 2002, p. 8).

Ou seja, a urbanização no território paulista durante o período esteve intimamente relacionada à expansão da cultura de café. “Nesse sentido a economia cafeeira apresentou mais efetividade e eficiência no que diz respeito à acumulação de capital” (TAVARES, 2021, p. 67, no prelo), pois englobava um sistema de produção e circulação diferente da economia mineradora, em Minas Gerais; da borracha, na Amazônia; ou do açúcar, no Nordeste (CANO, 2007).

Silva Neto (2002, p. 10) aponta três principais fases na organização urbano-regional do estado no século XX: Do início da república até 1920, período em que ocorre a transição da economia escravagista e cafeeira para a capitalista; entre 1920 e 1960, em que há a constituição do meio técnico na capital e arredores; e a partir de meados de 1960, quando o estado de São Paulo passa a ter uma rede urbana completa e complexa.

No século XX a convergência de novos fatores, tais como a constituição do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), trouxe novas

dinâmicas para o processo de regionalização do estado, e “as relações de proximidade e de contiguidade, que explicavam genericamente a criação e a hierarquia dos municípios, tornaram-se dados secundários diante da crescente complexidade espacial da atualidade” (SILVA NETO, 2002, p. 10). As unidades regionais constituíram, então, territorialidades contíguas, “horizontalidades de máxima interação técnico-econômica, que imporão novas solidariedades reconstruídas sobre as do passado” (*ibidem*, p. 22).

No leste do Estado, encontra-se maior densidade econômica, com a concentração urbano-industrial sobretudo na Macrometrópole. Devido à conurbação de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas — e, ainda, aos aparelhos de infraestrutura de transporte presentes na região — os fluxos de pessoas e mercadorias são intensos; o norte e nordeste do estado apresentam dinâmica predominantemente agroindustrial exportadora (cana e laranja), enquanto no centro-oeste a economia é pautada pela agropecuária, “a rede urbana é menos densa e menos complexa. No entanto, registra-se a presença de centros que têm se destacado como polos, a exemplo de São José do Rio Preto e Bauru.” (EMPLASA, 2011, p. 29). Já no centro-sul do Estado, a atividade econômica predominante é a agricultura, sendo que a rede de cidades na região apresenta baixa complexidade. Por fim, no extremo leste e sul predomina baixo dinamismo econômico (EMPLASA, 2011).

A mesorregião do Vale do Paraíba e Litoral Norte, da qual fazem parte 39 municípios, localiza-se a leste do estado, na bacia do Rio Paraíba do Sul. Müller (1969) divide o processo de povoamento da região em quatro ciclos: O devassamento (século XVII), o “ciclo do ouro” (século XVIII), o ciclo do café (século XIX) e a industrialização (século XX). A implantação da rodovia Presidente Dutra constitui um eixo de desenvolvimento importante relacionado ao processo de industrialização e urbanização. Sendo relevante meio estruturador do espaço urbano-regional em determinados estágios da economia capitalista, com influência direta no território usado dos municípios que fazem parte do eixo.

A mesorregião do Vale do Paraíba e Litoral Norte também constituirá um recorte geográfico de análise, por meio de dados de deslocamento desfragmentados por gênero, com o intuito de lançar um olhar intrarregional para as conexões entre gênero e território, e ainda, por meio deste, observar as relações de interdependência entre os municípios, que se formam historicamente.

Índice de equidade de gênero

A espacialização do IEG para as mesorregiões do estado possibilita observar as disparidades não apenas entre sexos, mas entre as raças de forma comparativa.

A Figura 2 apresenta o resultado do IEG para a população de mulheres de cor branca (primeiro mapa) e homens de cor branca (segundo mapa). Observa-se que o índice se mantém no nível intermediário na maior parte do estado — seja para a população feminina ou masculina. No caso das mulheres, as regiões mais desenvolvidas economicamente (Metropolitana de São Paulo e Campinas) apresentam os níveis mais altos, enquanto as regiões de menor dinamismo econômico (extremo-sul) se enquadram na categoria mais baixa do IEG. Para a população masculina, o índice se mostra homogêneo para a maior parte das mesorregiões, apresentando índices mais baixos novamente no extremo-sul assim como no extremo-oeste do estado. É evidente, ainda, que, seja nas regiões mais desenvolvidas economicamente ou não, o IEG para a população de homens sempre se apresenta superior ao da população feminina.

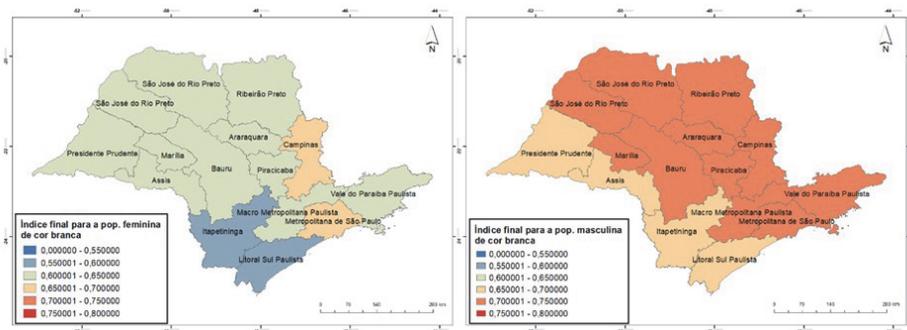


Figura 2 - IEG para a população de mulheres e homens de cor branca. Fonte: IBGE.

A inequidade com relação à interseção raça versus gênero também é aparente ao observarmos a configuração do índice que aglutina as mulheres de cor/raça preta, parda e indígena em oposição ao índice para mulheres de cor branca (Figura 3).

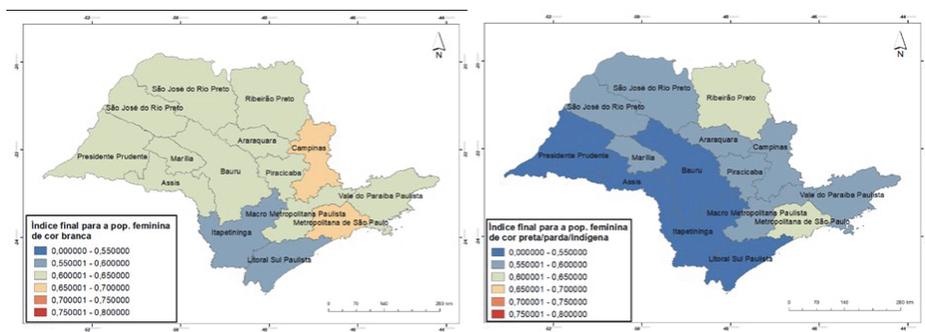


Figura 3 - IEG para mulheres de cor branca e mulheres de cor/raça preta, parda e indígena. Fonte: IBGE.

Outro resultado interessante, e que demonstra a importância da abordagem que considera outras identidades para além do gênero, é a comparação do índice para a população feminina de cor branca e para população masculina de cor/raça preta, parda e indígena. Podemos observar que, enquanto na maior parte das mesorregiões essa última encontra-se nas duas faixas mais baixas do índice, a população de mulheres brancas exibe resultado superior, com alguns territórios (tal qual a região metropolitana de São Paulo e a mesorregião de Campinas), enquadrando-se inclusive na terceira faixa mais alta do índice (Figura 4).

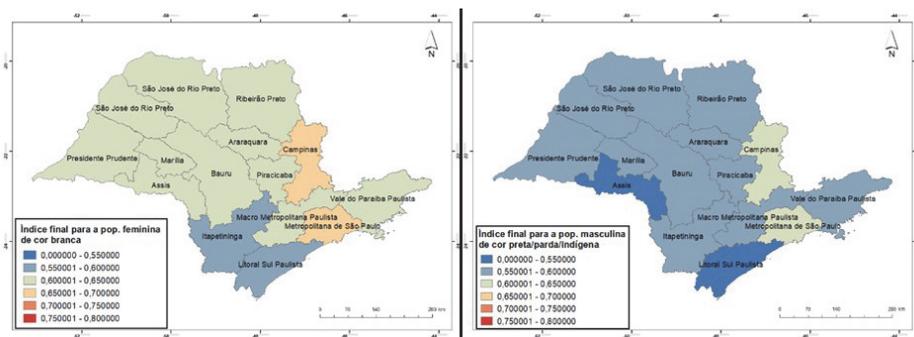


Figura 4 - IEG para mulheres de cor branca e homens de cor/raça preta, parda e indígena. Fonte: IBGE.

O IEG das populações de homens e mulheres de cor/raça preta, parda e indígena (Figura 5) se apresenta claramente nos dois níveis mais baixos (excetuando-se, para as mulheres, as mesorregiões de Ribeirão Preto e a Metropolitana de São Paulo, e, para os homens, as mesorregiões de Campinas e, novamente, a Metropolitana de São Paulo). Embora tenha se observado que, para ambas as dimensões do índice (econômica e educação), a população constituinte dessas três raças/cores apresentou índices homogeneamente inferiores em contrapartida à população branca de ambos os sexos, notou-se

que a população indígena apresentou índices inferiores, de modo geral, às demais populações.

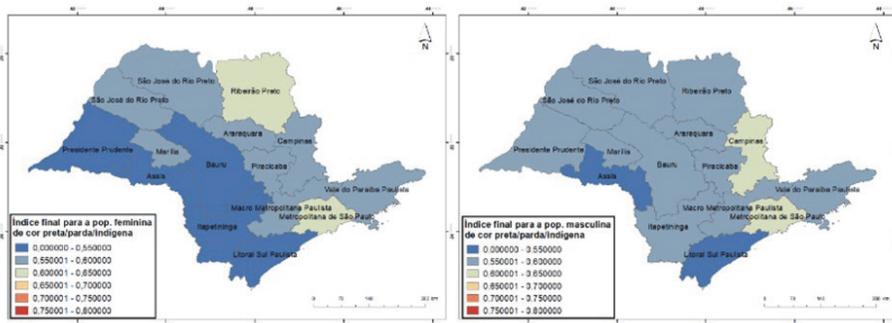


Figura 5 - IEG para a população de mulheres e homens de cor/raça preta, parda e indígena. Fonte: IBGE.

O IEG também foi espacializado de forma comparativa para os municípios do estado, isto é, por meio de técnica de georreferenciamento, em que foi estabelecida regra para comparação entre dois segmentos da população, para observação de qual deles apresentaria resultado superior no índice. Ou seja, para os próximos mapas (Figuras 6, 7, 8 e 9), não mais serão dispostos os índices em faixas de valor, e sim, será demonstrada comparação entre populações com recortes demográficos específicos (de gênero e raça), a fim de verificar — para o recorte municipal, porém mantendo a representação das mesorregiões às quais os municípios pertencem — qual população possui índice superior. Nessa análise, a inequidade se torna ainda mais aparente, sendo poucos os municípios que apresentam um resultado superior para a população de cor/raça preta, parda ou indígena (Figura 6).

Aproximando a análise para a RMVPLN, observamos que o único município que apresenta IEG superior para população feminina é o município de Canas, e, para os homens, o município de Monteiro Lobato. De fato, o resultado encontrado na RMVPLN é similar às demais mesorregiões, em que apenas um ou dois municípios apresentam resultados superiores para a população de cor/raça preta, parda e indígena, seja ela feminina ou masculina (Figura 6).

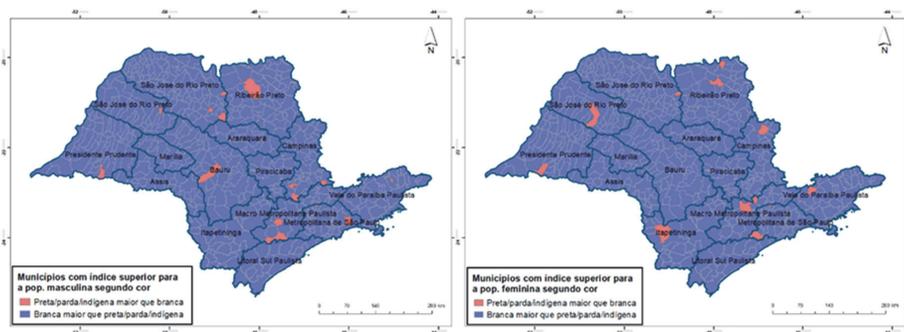


Figura 6 - IEG comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, preta, parda e indígena para os municípios das mesorregiões. Fonte: IBGE.

A comparação interseccionando sexo e raça para a dimensão econômica (Figura 7), que, como dito, é composta pelos indicadores de taxa de ocupação e rendimento médio mensal, apresenta resultados similares ao IEG final, em que podemos observar que a quase totalidade dos municípios apresentam índice superior para a população masculina, seja quando opomos mulheres e homens de cor branca, ou mulheres e homens de cor/raça preta, parda e indígena. De fato, quando analisamos especificamente a população de cor branca, apenas quatro mesorregiões possuem municípios em que o IEG de dimensão econômica é superior para população feminina (Bauru, Marília, Presidente Prudente e Araçatuba). Na RMVPLN, não houve municípios com IEG de dimensão econômica superior para mulheres de cor branca (em oposição a homens de cor branca); já com relação à população de cor/raça preta, parda e indígena, apenas dois municípios apresentaram resultado superior para mulheres: Tremembé e Potim.

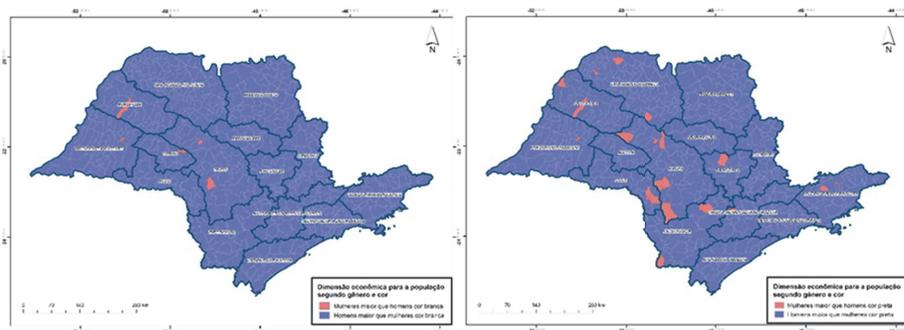


Figura 7 - IEG comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, e homens e mulheres de cor preta. Fonte: IBGE.

A comparação da dimensão econômica entre populações de mesmo gênero e cor/raça diferentes ressaltam desigualdade similar para ambos os gêneros. Merece destaque a prevalência de IEG superior para a população de mulheres de cor branca na região do extremo-sul do estado (mesorregiões de Itapetininga e Litoral Sul Paulista), em comparação a mulheres de cor/raça preta, parda e indígena. Na RMVPLN, para a população masculina, não foi possível observar um padrão claro de distribuição do índice, prevalecendo IEG de valor superior para a população branca desse gênero; com relação à população feminina, pode-se observar um padrão de alguns municípios do eixo da Rodovias Presidente Dutra e Tamoios com índice superior para mulheres de cor/raça preta, parda e indígena (Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Roseira, Lorena, Queluz, São Sebastião, Caragatatuba e Ilabela), que se trata, de modo geral, dos municípios de maior desenvolvimento econômico na região (embora o município de maior desenvolvimento econômico — São José dos Campos), tenha apresentado IEG superior para população de mulheres brancas (Figura 8).

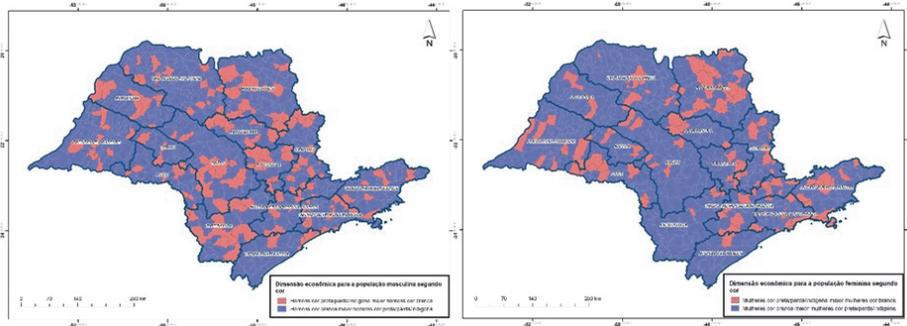


Figura 8 - IEG de dimensão econômica comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, preta, parda e indígena. Fonte: IBGE.

A comparação entre apenas mulheres e homens de cor branca e preta para a dimensão econômica, por sua vez, mostrou resultados mais favoráveis a estes em oposição ao índice final. Na RMVPLN é igualmente possível observar maior número de municípios com IEG superior para a população de homens de cor preta (em oposição a homens de cor branca), e para mulheres de cor preta (em oposição a mulheres de cor branca), embora, no caso das mulheres, o número de municípios que apresentou tal resultado seja menor (se comparado à população masculina) (Figura 9).

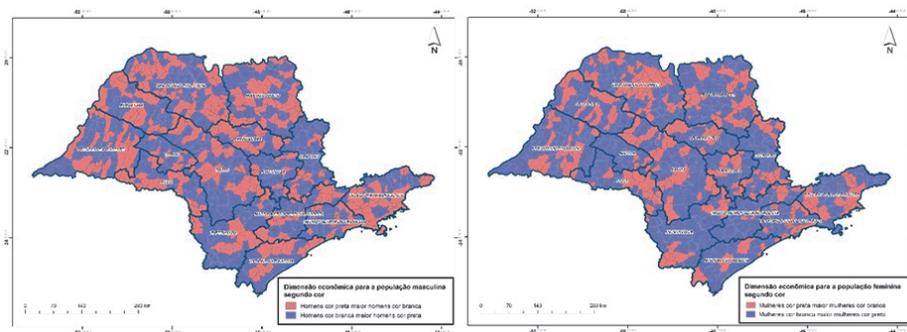


Figura 9 - IEG de dimensão econômica comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, e preta. Fonte: IBGE.

Deslocamentos por sexo para os municípios da mesorregião do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Segundo Milton Santos (2005, p. 137) “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social”. Partindo desse pressuposto, e considerando ainda as relações de poder inseridas nesse uso, que fazem parte do processo de formação de fronteiras espaciais, muitas vezes, para além daquelas estipuladas institucionalmente, é importante considerar a própria territorialidade como elemento de composição na análise da intersecção entre gênero, raça e classe.

Ao observarmos os resultados do IEG para a mesorregião abordada, seja na forma da dimensão econômica (rendimento médio mensal e taxa de ocupação) ou do IEG final (acoplando a dimensão de educação), as relações de desigualdade para os cruzamentos de gênero e raça se tornam evidentes, sendo que a região como um todo e seus municípios constituintes apresentam, como a grande maioria do território estadual, resultados superiores para a população masculina de cor branca. Mesmo para aqueles cruzamentos específicos de raça e gênero em que a população feminina, de cor/raça preta, parda e indígena apresentou resultados ligeiramente mais positivos, em nenhum desses cruzamentos chegou a se igualar à evidente superioridade dos resultados para a população masculina e de cor branca, conforme exposto nos mapas anteriores.

As relações do território com a categoria de gênero são observadas aqui por meio dos dados de deslocamentos para a mesorregião do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

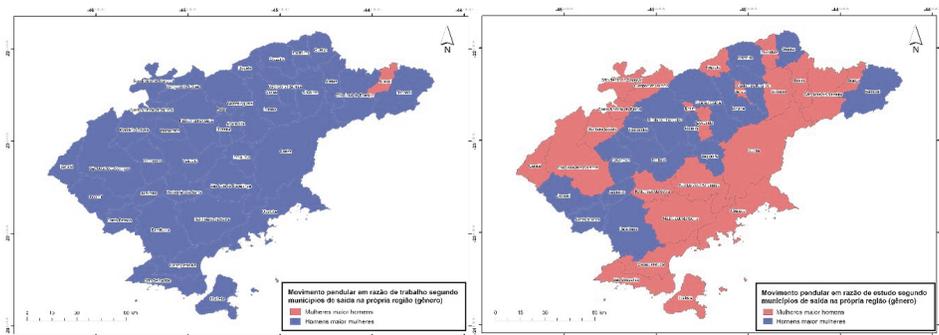


Figura 10 - Dados de deslocamentos para trabalho e estudos para a população masculina e feminina do Vale do Paraíba e Litoral Norte, segundo município de saída. Fonte: Censo 2010 (IBGE).

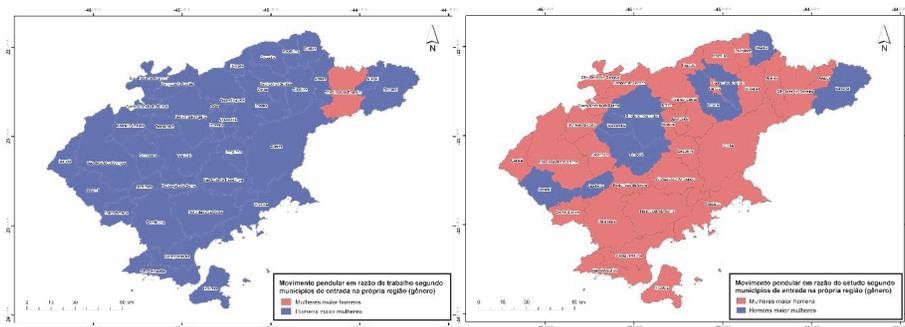


Figura 11 - Dados de deslocamentos para trabalho e estudos para a população masculina e feminina do Vale do Paraíba e Litoral Norte, segundo município de entrada. Fonte: Censo 2010 (IBGE).

Esses dados trazem informações interessantes concernentes à diferença nos deslocamentos para trabalho e estudos. Como se pode observar, com relação ao trabalho, com exceção de um município (tanto nos casos de deslocamentos de entrada ou saída de município), os homens compõem a maioria da população que realiza esses deslocamentos (Figuras 10 e 11). Já para os deslocamentos relacionados à educação, também em ambos em casos, as mulheres compõem a maioria dos deslocamentos, com destaque particular para o fato de que os municípios que apresentam mais saída de mulheres são, em sua maioria, justamente aqueles que se encontram fora do eixo da rodovia Presidente Dutra (Figura 10), e que se mantiveram, em certa medida, à margem do desenvolvimento urbano-regional ao longo do eixo.

4 Considerações finais

Para discussão das relações sociais que incidem na exclusão feminina no país, é pertinente trazer o escrito de Milton Santos (1996, p. 133) sobre “as cidadanias mutiladas”. Embora trate especificamente do preconceito de raça no Brasil, sem entrar no mérito específico de questões de gênero, sua definição do que é ser um cidadão, “um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só defrontar com o estado, mas afrontar o estado”, leva a refletir quantas mulheres cujas identidades muitas vezes as põem à margem do discurso de “empoderamento” e “agência” — cooptado pelo conceito de desenvolvimento hegemônico — poderiam de fato se considerar cidadãs.

Podemos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação (SANTOS, 1996, p. 134).

A espacialização do IEG exposta neste artigo demonstra que essa afirmação continua atual, pois, embora se possam perceber variações regionais no nível de desigualdade, e este também se modifique de acordo com o dado relacionado (educação ou de situação econômica), o quadro geral apresentado perpetua a exclusão da população feminina de cor/raça preta, parda e indígena. Por certo, em dadas circunstâncias, o próprio fato de a população feminina de cor/raça branca apresentar resultados superiores em relação à população masculina de cor/raça preta, parda e indígena, demonstra como não se podem observar as relações de gênero à parte das relações de classe e raça, sendo necessária uma análise que contemple as relações sociais em toda sua complexidade.

A construção do IEG, e sua desfragmentação segundo raça/cor da população, para além do cálculo por gênero, e, mesmo a inclusão na análise da população masculina também em seus segmentos raciais, buscou correlacionar o território como elemento articulador das relações sociais aqui abordadas. Constituinte, de fato, uma dimensão indissociável dessas interações, ou seja, onde as relações sociais se dão de fato, ele deve também ser considerado nessa equação, uma vez que influi na formação das relações de desigualdade social e de gênero, historicamente construídas, e expressas pelas categorias e variáveis de análise aqui utilizadas.

De fato, admite-se que as análises em distintas escalas territoriais podem subsidiar outras agendas de pesquisa e formulação de políticas

públicas acerca da desigualdade de gênero e da interseccionalidade, uma categoria de estudo do fenômeno. Nesse sentido, as implicações práticas das constatações extraídas mediante a espacialização do índice de equidade de gênero aqui utilizado, de suas dimensões e variáveis, devem ser melhor exploradas com a finalidade de contribuir com recomendações e sugestões para o enfrentamento de questões e desafios ligados ao desenvolvimento social e à superação de desigualdades.

Para isso, certamente será relevante a retomada de investigações a respeito da evolução histórica das políticas de gênero elaboradas e implementadas no país, sobretudo a partir das décadas de 1970, quando emergem os movimentos, estudos e discussões acerca de causas identitárias e as demandas gerais e específicas de implementação de políticas públicas fundadas na vida real das mulheres. Já nas décadas seguintes, influências em relação a essas políticas originaram-se de reflexões e agendas encaminhadas no contexto de organizações internacionais, mas, também, de mobilizações e conquistas sociais das mulheres no âmbito nacional.

Com essa perspectiva, será pertinente e necessária a identificação dessas políticas não somente de acordo aos distintos entes da federação e sua atuação diferenciada em relação a certas áreas ligadas à problemática da desigualdade de gênero (saúde, trabalho, violência etc.) mas, também, a diferentes escalas de análise e ação.

As políticas de gênero para o desenvolvimento social devem se basear nas preocupações da população feminina, ou seja, em suas necessidades, sendo tais necessidades divididas entre “estratégicas” e “práticas”. As primeiras são necessidades que advêm em consequência da posição da mulher em relação ao homem, nas esferas da vida política, social e econômica, podendo estar relacionadas a diferentes contextos envolvendo divisão do trabalho, direitos legais, violência estrutural e igualdade de salários. Já as necessidades práticas estão atreladas a uma necessidade imediata percebida no contexto da vida cotidiana (STADUTO; KRETER, 2017). Essas necessidades devem ser analisadas para que a implementação de programas possa projetar o impacto que suas práticas podem ter especificamente na vida das mulheres, apreciando as múltiplas atividades em que essa população está envolvida. As necessidades práticas estão conectadas, portanto, ao presente das mulheres, enquanto as estratégicas são pensadas tendo em vista seu futuro.

Além disso, uma consideração final deve se reportar às limitações do índice de equidade de gênero, em sua característica de índice sintético, mas, também, aos limites do método de quantificação pelo tratamento estatístico de dados oficiais. Pois, se a questão da construção de indicadores

e de índices sintéticos acompanharam as novas tendências ligadas ao estudo de fenômenos relativos à desigualdade de gênero, ao desenvolvimento e às políticas públicas correspondentes, tornou-se cada vez mais necessária e discutida a utilização de novos métodos e a produção de novos indicadores e estatísticas, de acordo às novas abordagens teóricas e dimensões interpretativas da complexa questão de gênero (CARRASCO, 2012). O que pode conduzir à elaboração de novas aproximações qualitativas dos grandes contrastes, conflitos e contradições encobertos pela simplificação estatística, mas, também, a uma possível comparabilidade entre países e, dentro de um país, entre diferentes escalas territoriais de observação e análise dos fenômenos, e de implantação e monitoramento sistemático de políticas públicas e seus impactos socioespaciais.

Referências

BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, n. 1, p. 70-88, 2009.

BOSERUP, E. **Women's Role in Economic Development**. New York: St. Martin's, 1970.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo** / Wilson Cano. 5. ed. – Campinas, SP: Unicamp. IÊ, 2007.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2012.

CORNWALL, A. **Deconstructing development discourse**: Buzzwords and fuzzwords. Oxford: Oxfam, 2010.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução de Bianca Santana. **Parágrafos**, v. 5, n. 1, 2017.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: **The public nature of private violence**. Routledge, 2013. p. 93-118.

CRENSHAW, K. Beyond entrenchment: race, gender and the new frontiers of (un)equal protection. In: Tsujimura, M. (org.). **International perspectives on gender equality & social diversity**. Sendai, Tohoku University Press, 2010.

EASTIN, J. PRAKASH, A. Economic Development and Gender Equality: Is There a Gender Kuznets Curve? **World Politics**, n. 65, p. 156-186, 2013.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. – São Paulo: EMLASA, 2011.

ESCOBAR, A. Imagining a post-development era. In: J. Crush (ed.), **Power of Development**. London: Routledge, 1995.

KERGOAT, D. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. **Critiques de l'Économie Politiqu.** n. 5, p. 65-97, Paris. 1978.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antonia Malta Campos. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

HIRATA, R. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HORNHARDT, A. M. Interseccionalidade, Consubstancialidade e a metáfora do “nó”: A importância das lentes analíticas para a compreensão da imbricação de gênero, raça e classe. In: **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**. Niterói, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 1 jul. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas** – v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

MÜLLER, N. L. **O fato urbano na bacia do Rio Paraíba do Sul** – São Paulo. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

RAI, S. M. Gender and development: theoretical perspectives. In: Visvanathan, Nalini and Duggan, Lynn and Nisonoff, Laurie (ed.). **The women, gender and development reader**. Women, gender & development reader. Halifax; London; New York: Fernwood Pub; Zed Books Ltd.: Distributed in the USA exclusively by Palgrave Macmillan, p. 28-37, 2011.

SAFFIOTI, H. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Crítica Marxista. São Paulo, **Boitempo**, v.1, n. 11, p. 71-75, 2000.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANTOS, M. Cidadanias mutiladas. In: **O preconceito**. Secretaria da justiça e da defesa da cidadania de São Paulo (org.). São Paulo: Imesp, 1996.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCOTT, R. P.; QUADROS, M. Desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, n. 52, nov. 2018.

SILVA NETO, M. L. da. A interação técnico-econômica do território paulista. *In*: Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos, v. 2, 2002. **Anais...**, São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Regionais, 2002.

STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. **Gênero e território**: um documento balizador para o oeste do Paraná. Foz do Iguaçu: Fundação Parque Tecnológico Itaipu, 2017.

TAVARES, S. R. **A Macrometrópole Paulista**: emergência de uma nova categoria sócioterritorial. 2021. 201 f. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, Programa de pós-graduação em planejamento e gestão do território. Santo André, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11008669#. Acesso em: 03 abr. 2024.

Recebido em agosto de 2023.

Aprovado em março de 2024.